

Dossiê: Políticas Públicas e Desenvolvimento

Hemerson Luiz Pase (Org.)¹

O conceito de desenvolvimento surge no século XIX, inserido no ambiente social e intelectual da modernidade, proveniente de ideais da revolução francesa e industrial e situado intelectualmente nos princípios liberais, cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado. O conceito passou a ocupar espaço relevante na literatura ao final da Segunda Guerra Mundial, sendo definido a partir da noção de crescimento econômico e de progresso. Assim se supõe certo determinismo histórico evolucionista, no sentido do pior para o melhor, do atrasado para o moderno, do tradicional ao desenvolvido, do rural para o urbano.

Noutra direção, Amartya Sen afirma que outras variáveis precisam ser agregadas à econômica para denotar o desenvolvimento de uma nação, tais como: consolidação democrática, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Sendo assim, se torna necessário avaliar o desenvolvimento pelo bem-estar que o mesmo proporciona ao ser alcançado, pela forma como aquela riqueza é apropriada e distribuída.

Esta tese não é de todo inovadora, pois o próprio Aristóteles afirmava que a riqueza não é um bem em si e sim um instrumento meramente útil para obter outra coisa, ou seja, somente tem sentido para aquilo que ela nos permite fazer ou adquirir. Por esse panorama teórico o desenvolvimento não deve ser constituído exclusivamente pelo crescimento da economia, mensurado por meio do aumento do PIB ou do PIB *per capita*, mas pelo impacto das mudanças na melhoria das condições de vida da população. Assim, além da renda, outros aspectos precisam ser considerados.

Dito isto, pode-se concluir que desenvolvimento é tanto o processo de como a sociedade coordena e resolve seus problemas, quanto o produto dessa coordenação. Neste sentido, há uma relação essencial do desenvolvimento com as políticas públicas, que são o resultado da correlação de forças políticas. Isso

¹ Doutor em Ciência Política, professor do PPG em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).
E-mail: hemerson.pase@gmail.com

significa que em países democráticos as políticas públicas materializam bens, recursos e direitos públicos para as coalizões vencedoras. Não é por outra razão que propusemos este dossiê.

O dossiê ‘Políticas Públicas e Desenvolvimento’ recebeu várias propostas, das quais foram selecionados os seguintes artigos.

No primeiro artigo ‘*Eppur si muove*: agricultura familiar Y mercados institucionales em Brasil’ os professores Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velleda Caldas analisam a importância dos mercados institucionais para o fortalecimento da Agricultura Familiar e dos territórios majoritariamente rurais. Os autores fazem uma análise histórica das políticas públicas específicas desde o advento do PRONAF e mostram como os atuais programas de compra direta e antecipada de produtos agropecuários para populações específicas como estudantes (merenda escolar), pessoas em asilos, frequentadores de restaurantes universitários e de restaurantes populares, contribuem significativamente para consolidar esse tipo específico de agricultura, a familiar. Além disso, Sacco dos Anjos e Caldas, tentam provar a hipótese de que essas políticas públicas contribuem com o desenvolvimento na perspectiva de ampliar as liberdades substantivas, cuja tese é formulada inicialmente por Amartya Sen.

No segundo artigo ‘Políticas públicas para a infância no Brasil – análise do processo de implementação de um novo modelo’ o professor Rodrigo Stumpf González discute os 25 anos de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, problematizando quais resultados e quais mudanças sociais e, principalmente, institucionais, fora capaz de produzir. González faz um balanço deste processo a partir do modelo anterior de política, das mudanças ocorridas e dos desafios restantes, destacando a formulação da agenda de políticas públicas sobre a criação de conselhos, atendimento ao adolescente autor de ato infracional, exploração do trabalho infantil e violência sexual infanto-juvenil. O resultado parece promissor principalmente no que tange ao sucesso parcial na implementação desta agenda e as responsabilidades dos atores institucionais envolvidos.

No artigo ‘A universidade pública e as estratégias nacionais de desenvolvimento: percurso por uma trajetória de conflitos e expectativas’, as autoras Jaqueline Priscila da Silva Souza, Maria Gabriela S. M. C. Marinho analisam o papel atribuído à universidade nas várias estratégias nacionais de desenvolvimento. O que as autoras evidenciam com propriedade é que os conflitos e expectativas sobre seu papel no desenvolvimento econômico estão presentes desde a origem das primeiras universidades no país. O principal achado do

trabalho é que o papel da universidade independe da concepção de desenvolvimento em voga, ou seja, a vocação para a construção da ciência, tecnologia e inovação e a formação de profissionais qualificados é sua tarefa estratégica.

No trabalho ‘Por uma qualidade da educação no semiárido’, os autores José Almir do Nascimento e Luciana Rosa Marques analisam a educação no semiárido a partir dos discursos sobre qualidade proferidos pelos atores da arena educacional.

O artigo que encerra o dossiê é de Kleber Cerqueira que sob o título ‘Dependência da trajetória e mudança institucional no desenvolvimento brasileiro’ analisa em que medida a chegada ao poder de um governo capitaneado por um partido de esquerda e as mudanças na concepção de Estado representam uma ruptura e / ou são condicionadas pelo o legado institucional de desenvolvimento do país.

Este dossiê tem que ser interpretado como mais um integrante do vultuoso debate sobre desenvolvimento estimulado entre nós desde os trabalhos da CEPAL. Nosso intuito é estimular o debate acadêmico e científico sobre o tema.

Boa leitura!